



ERRATA E ALTERAÇÃO DE DATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 80/2021

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABATE (CORTE RASO), PODA DE LIMPEZA DE GALHOS SECOS, PODA DE LEVANTE E PODA TÉCNICA DE ÁRVORES E DE DESTOCA DE TOCOS EM ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

NO LOCAL, ONDE SE LÊ: PÁGINAS 11 E 12

8. DOS DOCUMENTOS REFERENTE À HABILITAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

8.1 I A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO QUE CONSTAM NESTE SUBITEM, DEVERÃO SER ENVIADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO SUBITEM 5.1 DESTE EDITAL

A) DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME **ANEXO VII**;

B) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NOS TRABALHOS E EMPREGOS DA LICITANTE, EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEI Nº 9.854/99, CONFORME **ANEXO III**;

C) DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONFORME MODELO NO **ANEXO IV**.

D) DECLARAÇÃO DO PROPONENTE, QUE NÃO POSSUO PARENTESCO ATÉ O 3º GRAU CIVIL (AFIM OU CONSANGUÍNEO) COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME **ANEXO V**;

E) REGISTRO COMERCIAL (NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL); ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO (NO CASO DE SOCIEDADES COMERCIAIS) E ACOMPANHADO NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, DOS DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ATUAIS ADMINISTRADORES;

NOTA: OS DOCUMENTOS EM APREÇO DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

F) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ) MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DO **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL** EMITIDO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

G) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA FEDERAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

H) PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA PROPONENTE;

I) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM GERAL, DO DOMICÍLIO OU SEDE DO PROPONENTE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI;

J) PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE FISCAL COM FGTS, OU OUTRO EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI, DEMONSTRANDO SITUAÇÃO REGULAR NO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS INSTITUÍDOS POR LEI;

K) PROVA DE REGULARIDADE COM OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - **CNDT**) EXPEDIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO;

L) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO PROPONENTE;

M) **DECLARAÇÃO DA EMPRESA**, EMITIDA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, DE QUE É MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONSTITUÍDA NA FORMA DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006 E 147/2014, CONFORME MODELO CONSTANTE DO **ANEXO VI** DO PRESENTE EDITAL.

N) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, VEDADA SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS, PODENDO SER ATUALIZADOS POR ÍNDICES OFICIAIS QUANDO ENCERRADOS HÁ MAIS DE 03 (TRÊS) MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, QUE PERMITAM AFERIR A CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA LICITANTE.



OBSERVAÇÃO 1: A APRESENTAÇÃO DO BALANÇO CONFORME O ITEM ANTERIOR É COM A FINALIDADE DE VERIFICAR A VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DA EMPRESA. CASO O BALANÇO DA EMPRESA COMPROVE O DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, DE ACORDO COM O ART. 1º DA LEI 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 155/16, A LICITANTE NÃO OBTERÁ OS BENEFÍCIOS COMO ME OU EPP.

OBSERVAÇÃO 2: CASO SEJA VERIFICADO NO BALANÇO QUE A LICITANTE ESTEJA FORA DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI, E QUE A DECLARAÇÃO NÃO REFLETE A CONDIÇÃO DA EMPRESA, ESTA SOFRERÁ SANÇÕES LEGAIS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520/02.

O) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO(S) POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, PARA OS QUAIS JÁ TENHA O LICITANTE PRESTADO OS SERVIÇOS RELATIVOS AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, QUE ATESTEM O DESEMPENHO DA PROPONENTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO DOS MESMOS

P) CERTIFICADO DE REGISTRO E REGULARIDADE DA EMPRESA JUNTO AO REFERIDO ÓRGÃO COPTETENTE DENTRO DE SEU PRAZO DE VALIDADE.

Q) CERTIFICADO DE REGISTRO E REGULARIDADE DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) INDICADO(S) JUNTO AO REFERIDO ÓRGÃO COPTETENTE DENTRO DE SEU PRAZO DE VALIDADE

LEIA -SE: PÁGINAS 11 E 12

8. DOS DOCUMENTOS REFERENTE À HABILITAÇÃO E ASSINATURA DA ATA

8.1 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO QUE CONSTAM NESTE SUBITEM, **DEVERÃO SER ENVIADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO SUBITEM 5.1 DESTE EDITAL**

A) DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, CONFORME **ANEXO VII**;

B) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES NOS TRABALHOS E EMPREGOS DA LICITANTE, EM ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E LEI Nº 9.854/99, CONFORME **ANEXO III**;

C) DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, CONFORME MODELO NO **ANEXO IV**.

D) DECLARAÇÃO DO PROPONENTE, QUE NÃO POSSUO PARENTESCO ATÉ O 3º GRAU CIVIL (AFIM OU CONSANGÜÍNEO) COM SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME **ANEXO V**;

E) REGISTRO COMERCIAL (NO CASO DE EMPRESA INDIVIDUAL); ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR, DEVIDAMENTE REGISTRADO (NO CASO DE SOCIEDADES COMERCIAIS) E ACOMPANHADO NO CASO DE SOCIEDADES POR AÇÕES, DOS DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO DE SEUS ATUAIS ADMINISTRADORES;

NOTA: OS DOCUMENTOS EM APREÇO DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

F) PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ) MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DO **COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL** EMITIDO PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

G) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA FEDERAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL;

H) PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL, EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA PROPONENTE;

I) PROVA DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM GERAL, DO DOMICÍLIO OU SEDE DO PROPONENTE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI;

J) PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE FISCAL COM FGTS, OU OUTRO EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI, DEMONSTRANDO SITUAÇÃO REGULAR NO CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS INSTITUÍDOS POR LEI;

K) PROVA DE REGULARIDADE COM OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS (CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS - **CNDT**) EXPEDIDA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO;

L) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO PROPONENTE;

M) **DECLARAÇÃO DA EMPRESA**, EMITIDA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, DE QUE É



MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, CONSTITUÍDA NA FORMA DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 123/2006 E 147/2014, CONFORME MODELO CONSTANTE DO **ANEXO VI** DO PRESENTE EDITAL.

N) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, JÁ EXIGÍVEIS E APRESENTADOS NA FORMA DA LEI, VEDADA SUA SUBSTITUIÇÃO POR BALANCETES OU BALANÇOS PROVISÓRIOS, PODENDO SER ATUALIZADOS POR ÍNDICES OFICIAIS QUANDO ENCERRADOS HÁ MAIS DE 03 (TRÊS) MESES DA DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, QUE PERMITAM AFERIR A CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA LICITANTE.

OBSERVAÇÃO 1: A APRESENTAÇÃO DO BALANÇO CONFORME O ITEM ANTERIOR É COM A FINALIDADE DE VERIFICAR A VERACIDADE DA DECLARAÇÃO DA EMPRESA. CASO O BALANÇO DA EMPRESA COMPROVE O DESENQUADRAMENTO DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, DE ACORDO COM O ART. 1º DA LEI 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 155/16, A LICITANTE NÃO OBTERÁ OS BENEFÍCIOS COMO ME OU EPP.

OBSERVAÇÃO 2: CASO SEJA VERIFICADO NO BALANÇO QUE A LICITANTE ESTEJA FORA DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI, E QUE A DECLARAÇÃO NÃO REFLETE A CONDIÇÃO DA EMPRESA, ESTA SOFRERÁ SANÇÕES LEGAIS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL 8.666/93 E 10.520/02.

O) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA FORNECIDO(S) POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, PARA OS QUAIS JÁ TENHA O LICITANTE PRESTADO OS SERVIÇOS RELATIVOS AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO, QUE ATESTEM O DESEMPENHO DA PROPONENTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO DOS MESMOS
P) CERTIFICADO DE REGISTRO E REGULARIDADE DA EMPRESA JUNTO AO REFERIDO ÓRGÃO COPTETENTE DENTRO DE SEU PRAZO DE VALIDADE.

Q) CERTIFICADO DE REGISTRO E REGULARIDADE DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S) INDICADO(S) JUNTO AO REFERIDO ÓRGÃO COPTETENTE DENTRO DE SEU PRAZO DE VALIDADE

INCLUI- SE

R) CERTIFICADOS DE TREINAMENTO EM SEGURANÇA PARA TRABALHO EM ESPAÇOS CONFINADOS (NORMA REGULAMENTADORA 33) E EM ALTURA (NORMA REGULAMENTADORA 35). (SOMENTE PARA AS LICITANTES QUE PARTICIPAREM DO LOTE 01)

E ONDE SE LÊ. PÁGINA 23

8. DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE APOIO E EQUIPAMENTOS

- A CONTRATADA DEVERÁ DISPOR DE INSTALAÇÕES PARA ATENDIMENTO DO SEU PESSOAL OPERACIONAL TAIS COMO VESTIÁRIO COM CHUVEIROS E SANITÁRIOS, COMPATÍVEIS COM O NÚMERO DE EMPREGADOS CONFORME NR 24, **INCLUSIVE INSTALAÇÕES PARA ESCRITÓRIO, COM LINHA DE TELEFONE FIXA, PARA CONTROLE E PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES.**

- A CONTRATADA DEVERÁ MANTER INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA E ADEQUADA PARA AS EQUIPES DAS ATIVIDADES DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE NA CIDADE SEDE ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS BEM COMO DISPONIBILIZAR TODA A INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA INDICANDO O RESPONSÁVEL, SUPERVISOR E ETC...

- CABERÁ AOS ENCARREGADOS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA ZELAR PELO BOM USO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE QUE SE SERVE A EQUIPE EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO (CESTOS COLETORES DE RESÍDUOS LEVES, ETC.), QUER PERTENÇAM A CONTRATANTE, A TERCEIROS OU A PRÓPRIA CONTRATADA.

- A LIMPEZA, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, BEM COMO A ADMINISTRAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A QUAL DEVERÁ MANTÊ-LAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES.

- TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PRESTADOS POR CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ÁGUA, ESGOTO, TELEFONE, ELETRICIDADE, ETC.) FICARÃO A CARGO DA CONTRATADA.

- A CONTRATADA DEVERÁ NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO ESTAR COM AS INSTALAÇÕES DE APOIO IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

LEIA - SE. PÁGINA 23

8. DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE APOIO E EQUIPAMENTOS

- A CONTRATADA DEVERÁ MANTER INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA E ADEQUADA PARA AS EQUIPES DAS ATIVIDADES DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO



PERTINENTE NA CIDADE SEDE ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS BEM COMO DISPONIBILIZAR TODA A INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA INDICANDO O RESPONSÁVEL, SUPERVISOR E ETC...

- CABERÁ AOS ENCARREGADOS E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA ZELAR PELO BOM USO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE QUE SE SERVE A EQUIPE EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO (CESTOS COLETORES DE RESÍDUOS LEVES, ETC.), QUER PERTENÇAM A CONTRATANTE, A TERCEIROS OU A PRÓPRIA CONTRATADA.

- A LIMPEZA, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, BEM COMO A ADMINISTRAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA A QUAL DEVERÁ MANTÊ-LAS EM PERFEITAS CONDIÇÕES.

- TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PRESTADOS POR CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS (ÁGUA, ESGOTO, TELEFONE, ELETRICIDADE, ETC.) FICARÃO A CARGO DA CONTRATADA.

- A CONTRATADA DEVERÁ NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO ESTAR COM AS INSTALAÇÕES DE APOIO IMPLANTADAS NO MUNICÍPIO DE APUCARANA.

DIANTE DAS ALTERAÇÕES, A DATA DA SESSÃO SERÁ ALTERADA PARA O DIA **29/06/2021**, FICANDO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ATÉ ÀS **13:30HS**, PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS **14:00HS** E FASE DE LANCES DO PROCESSO A PARTIR DAS **14:05HS**.

REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

MUNICÍPIO DE APUCARANA, 16 DE JUNHO DE 2021.

PREGOEIRO(A)